



PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 539/XII

Recomenda ao Governo a valorização e reconhecimento das competências de educação não formal adquiridas pelos jovens através do associativismo juvenil e do voluntariado

I - Exposição de motivos

Enquadramento

Portugal é, historicamente, um país onde os jovens desempenham um papel ímpar na construção da sociedade em que vivem. Esse papel histórico prova-se nas conquistas das associações de estudantes na sua luta pelas causas dos seus representados, nos resultados que as associações com âmbito de intervenção desportivo, cultural, humanitário, cívico e de voluntariado apresentam para a igualdade no acesso a oportunidades, transmissão de valores democráticos, dos direitos e dos deveres dos cidadãos. Verifica-se no acesso a oportunidades educativas/formativas nas dinâmicas de educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável nas organizações de carácter ambiental e em muitos outros que criam uma rede de organizações compostas por milhões de jovens que de forma contínua, sistemática e comprometida realizam um processo maioritariamente voluntário de educação não formal.

Este processo educativo, apesar de não formal, permite a aquisição de conhecimentos, competências e atitudes que jogam um papel fundamental na construção da personalidade de cada jovem, desenvolvendo um papel de importante complementaridade ao sistema formal de ensino desenvolvendo em especial as chamadas “soft skills”, altamente valorizadas pelo tecido empresarial em Portugal, na Europa e no mundo.

O associativismo, o voluntariado e a sensibilidade para uma democracia participada

As organizações de voluntariado e associativismo jovem desempenham um papel fundamental no exercício dos direitos e dos deveres em democracia, permitindo aos jovens exercer funções e desempenhar papéis para os quais elege e são democraticamente eleitos.

Este trabalho permite o desenvolvimento de um sentido de responsabilidade, de uma visão estratégica de acção com impacto na sua comunidade, de um trabalho de envolvimento com os órgãos de poder local e com a respetiva comunidade que permitem um conhecimento com mais profundidade das instituições, um desempenho na melhoria da democracia que se pratica e se promove como útil, válida e cuja qualidade depende de todos os envolvidos.

Prova desta necessidade são as diversas estratégias europeias de valorização das competências adquiridas em ambiente não – formal, que são hoje consideradas boas práticas neste campo de intervenção, como demonstra o YouthPass, entre outros. O YouthPass faz parte da estratégia da Comissão Europeia para promover o reconhecimento da Educação não Formal e assumido como uma ferramenta de visualização e validação dos resultados das aprendizagens adquiridas em projectos do Programa Juventude em Acção.

Desemprego Jovem, “soft skills” e valorização do perfil

A taxa de desemprego em Portugal, segundo dados mais recentes do Eurostat já atinge os 15.7 %, sendo que a taxa de desemprego jovem já ronda os 35%.

Neste particular, apresenta particular relevância o desemprego de jovens licenciados, cuja taxa é já uma das maiores da União Europeia. Dado este bastante paradigmático e ainda mais preocupante, quando temos níveis muito baixos de qualificação da nossa mão-de-obra.

De uma forma mais abrangente, a própria emancipação jovem revela-se cada vez mais tardia e com dificuldades acrescidas, pondo em causa não apenas a realização pessoal dos jovens como também a sua mobilidade e o desenvolvimento do seu contributo laboral, sócio-económico e cultural.

É neste cenário que a valorização do perfil individual de cada jovem, os seus conhecimentos e competências específicas, nomeadamente aquelas que o diferenciam dos outros, dotando-o de um perfil que alia os saberes teóricos, os conhecimentos científicos a competência técnica, à sua experiência a vários níveis, nomeadamente de liderança, gestão de projetos e equipas, trabalho por objetivos, à capacidade de comunicação e gestão de conflitos, se torna fundamental para o futuro profissional dos jovens.

Assim, e pela importância que pode desempenhar no futuro dos jovens, a sua experiência associativa e de voluntariado são um elemento de enriquecimento pessoal, de diferenciação e de exercício do potencial de cada jovem. E por essa razão, a sua valorização formal exige um processo credível, responsável e justo.

Recentemente o Fórum Europeu de Juventude nas recomendações finais do seu estudo “Study on the impact of Non-Formal Education in youth organizations on young people’s employability” afirma claro que:

"O envolvimento com as organizações de juventude além de aumentar o desenvolvimento de competências, ajuda a aumentar a empregabilidade dos mais jovens. De forma notável, esse envolvimento ajudou uma grande parte da nossa amostra de jovens a desenvolver redes e conexão (capital social) que podem auxiliar na obtenção de informações sobre oportunidades de emprego, bem como na obtenção de emprego. Ela também estimulou um quarto dos jovens que responderam ao nosso inquérito para realizar buscas de emprego mais intensivas. Além disso, ampliou o leque de ocupações e mobilidade ocupacional que grande parte da nossa amostra de jovens consideraria para seu emprego. Em geral, tais aspectos ajudaram significativamente a melhorar as oportunidades dos jovens para conseguirem emprego."

Também o mesmo estudo revela que *"de acordo com os empregadores, os jovens não fornecem ainda nos seus currículos, informações suficientes sobre as suas aptidões e competências adquiridas através da participação em organizações de juventude. Os empregadores consultados relataram que*



CDS-PP



muitas vezes só descobrem importantes elementos de envolvimento dos jovens em organizações de juventude, durante a fase de entrevista."

O mercado de trabalho valoriza assim, a nível nacional e internacional, o perfil de competências pessoais e sociais, em complementaridade com o perfil de competências profissionais e o percurso académico.

Ora, são o tecido empresarial, em particular, e as instâncias nacionais e europeias, governamentais e não-governamentais, em geral, que assumem como imprescindível o papel da educação não – formal na construção da personalidade de jovens cidadãos mais responsáveis, melhor preparados e com perfis mais válidos para os desafios actuais. A complementaridade entre os processos de educação formal e não – formal não é apenas aconselhável como absolutamente necessária. Ambas as áreas de intervenção se assumem como interdependentes, embora autónomas, co-responsáveis, embora com estratégias distintas, e sobretudo parceiras estratégicas e fundamentais num processo que se pretende contínuo e complementar oferecendo, por um lado, o maior número possível de oportunidades educativas aos jovens e potenciando, por outro, o resultado desses processos , valorizando os conhecimentos e as competências adquiridas.

As instâncias nacionais e internacionais e a valorização das competências adquiridas pelos jovens em organizações de educação não formal

Em todo o mundo, com especial incidência das instituições europeias, esta é uma questão cada vez mais presente na agenda. O Conselho da Europa, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu apresentaram já recomendações neste sentido.

A Comissão Europeia, através de diversos organismos, realizou recomendações, nomeadamente a Agenda 2020 da União Europeia – Juventude em movimento, na “EU strategy for youth – Investing and empowering (2010 – 2018).

Recentemente o Fórum Europeu de Juventude nas recomendações finais do seu estudo “Study on the impact of Non-Formal Education in youth organizations on young people’s employability”



afirma que “o envolvimento com as organizações de juventude tem um forte impacto no alargamento do leque de ocupações que os jovens considerariam no futuro, proporcionando aos jovens novas vocações. O envolvimento com as organizações de juventude amplia também o universo de localizações geográficas onde jovens consideraram obter um trabalho”.

Também com o objectivo de incentivar a participação cívica dos portugueses, o XIX Governo Constitucional apresentou o Programa Voluntariado na Escola, uma parceria entre o Ministério da Educação e Ciência e o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, que pretende incentivar a integração da escola na sua comunidade, promover a iniciação ao voluntariado, valorizar a atividade voluntária junto dos jovens e dinamizar o trabalho voluntário de todos os que pretendam realizá-lo. Os alunos que realizem ações neste âmbito poderão ter no seu processo individual e no certificado escolar o registo da sua atividade voluntária.

Ao longo dos últimos anos, quer o Conselho Nacional da Juventude Português, quer a Federação Nacional de Associações Juvenis, têm vindo a apresentar e a defender a importância do reconhecimento da Educação Não Formal por parte das instituições portuguesas.

Reconhece-se assim a importância do trabalho associativo e de voluntariado jovem para o progresso europeu e nacional e para a evolução do perfil de cada jovem envolvido.

Acresce que a valorização formal de conhecimentos e competências adquiridas no desempenho de trabalho voluntário/associativo em organizações de educação não formal deve ser considerado um direito de cada jovem, competindo ao Estado o processo formal de valorização.

II - Recomendações:

Em coerência com as razões anteriormente expostas, ao abrigo do disposto na alínea b) do art. 156º da CRP e da alínea b), do nº. 1, do art. 4º, do Regimento, a Assembleia da República recomenda ao Governo o seguinte:

- 1- Promova um conjunto de estudos que permitam identificar o impacto do voluntariado e do associativismo no perfil de competências dos jovens envolvidos;

- 2- Promova uma maior sensibilização acerca da importância das experiências dos jovens em organizações de voluntariado e associativismo para a aquisição de competências, valorização do perfil e envolvimento social.
- 3- Crie uma estratégia nacional de valorização e reconhecimento formal das competências adquiridas no âmbito da educação não formal, e em organizações de voluntariado e associativismo.
- 4- Promova a criação de ferramentas de suporte à acção das organizações de voluntariado, associativismo e educação não formal que facilitem a identificação dos conhecimentos e das competências desenvolvidas no seu âmbito de intervenção.

Assembleia da República, 14 de Dezembro de 2012
Os Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP,